

EDUCAÇÃO AMBIENTAL(EA) A PARTIR DE AÇÕES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SMEC) NO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA (SH) -PR ENTRE OS ANOS DE 2017 A 2023

*ENVIRONMENTAL EDUCATION (EA) FROM ACTIONS PROMOTED BY
THE EDUCATION SECRETARIAT (SMEC) IN THE MUNICIPALITY OF
SANTA HELENA (SH) -PR BETWEEN THE YEARS 2017 TO 2023*

Erivaldo Galan 1

Silvana dos Santos Franzen 2

Simone Franzen 3

Eduarda Maria Schneider 4

Maristela Rosso Walker 5

Resumo: A Educação Ambiental (EA) é temática presente nos discursos pedagógicos e políticos desde meados dos anos 60 do século passado, contudo, ao analisarmos os trabalhos desenvolvidos percebemos que muitas práticas são recorrentes e não evoluem conforme preconizado pelas agendas mundiais. Assim, objetivamos analisar as práticas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC do município de Santa Helena, entre os anos de 2017 a 2023, no contexto pós BNCC, com vistas a avaliar os avanços e retrocessos relativos a uma EA crítica. Pretende-se responder: As práticas de EA desenvolvidas no município de Santa Helena/PR são consideradas críticas? A metodologia de coleta e análise dos resultados é de cunho qualitativo e bibliográfico/ documental. Para a coleta foram utilizados os relatórios das atividades desenvolvidas no município, disponibilizadas pelos responsáveis pela coordenação de Educação Ambiental municipal. Os resultados apontam que as práticas desenvolvidas abrangem as três macro-tendências, no entanto, conclui-se que a Conservacionista teve maior número de ações desenvolvidas nesse período.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica; Estudo bibliográfico; Pesquisa qualitativa; Saber ambiental.

Abstract: Environmental Education (EE) has been a topic present in pedagogical and political discourse since the mid-1960s. However, analyzing the work developed, we realize that many practices are recurrent and do not evolve as recommended by global agendas. Thus, we aim to analyze the practices developed by the Municipal Secretariat of Education and Culture (SMEC) of the municipality of Santa Helena between 2017 and 2023, in the post-BNCC context, with a view to assessing the advances and setbacks related to critical EE. The aim is to answer: Are the EE practices developed in the municipality of Santa Helena, Paraná, considered critical? The methodology for collecting and analyzing the results is qualitative and bibliographic/documentary. Reports of the activities developed in the municipality, provided by those responsible for coordinating municipal Environmental Education, were used for the collection. The results indicate that the practices developed encompass the three macro-trends; however, it is concluded that the Conservationist trend had the largest number of actions developed during this period.

Keywords: Critical Environmental Education; Bibliographic study; Qualitative research; Environmental knowledge.

1 - Administração. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Santa Helena, Santa Helena/PR. <https://lattes.cnpq.br/1076154189913665>. <https://orcid.org/0009-0008-0422-5342>. erivaldogalan@yahoo.com.br

2 - Letras Português/Espanhol Pedagogia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Santa Helena, Santa Helena/PR. <http://lattes.cnpq.br/5437921880004511>. <https://orcid.org/0009-0003-8341-4662>. silvanafranzen88@gmail.com

3 - Letras Português/Espanhol Pedagogia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Santa Helena, Santa Helena/PR. <http://lattes.cnpq.br/5634096323412466>. <https://orcid.org/0009-0009-8351-4114>. simonefranzen864@gmail.com

4 - Doudora em Educação para a Ciência e a Matemática. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Santa Helena, Santa Helena/PR. <https://lattes.cnpq.br/5480725187623336>. <https://orcid.org/0000-0001-5142-6608>. emschneider@utfpr.edu.br

5 - Doutora em Educação. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Santa Helena, Santa Helena/PR. <http://lattes.cnpq.br/0575598592447642>. <https://orcid.org/0000-0001-7245-1968>. maristelawalker@gmail.com

Introdução

Considerando a alteração ecológica das últimas décadas, causada pelo crescimento populacional, aumento do consumo, desmatamento, poluição da água potável, exploração dos recursos naturais, intensifica-se, dessa maneira, a discussão sobre Educação Ambiental. Acreditando em uma forma eficaz de combater esses problemas relacionados ao meio ambiente, demonstra-se a importância da Educação Ambiental, pois através desta, pode-se haver uma sensibilização das pessoas em relação aos impactos ambientais que o mundo todo vem sofrendo. Segundo Leff, (2003, p. 19) “A crise ecológica atual, pela primeira vez, não é uma mudança natural; é a transformação da natureza induzida pela concepção metafísica, filosófica, ética, científica e tecnológica do mundo”. Para Capra (2006), “aos desdobramentos da crise ambiental se entrelaçam os aspectos sociais e econômicos, estabelecendo um padrão de teia, resultado da interdependência entre esses fatores, no qual as ações e reações repercutem nos diferentes níveis da sociedade”.

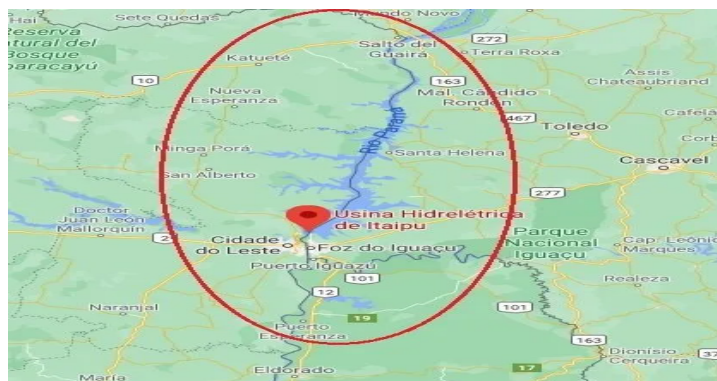
As ações desenvolvidas pelo Município de Santa Helena estão de acordo com os objetivos propostos pela ONU (Organização das Nações Unidas), que desde 2015 propõe ações sustentáveis que devem ser seguidas pelos Países. Dessa forma, o município está desempenhando um papel fundamental a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil.

Ao analisarmos a realidade local, é possível identificar grandes desafios relacionados à área ambiental e à gestão dos recursos naturais. O presente artigo busca fazer um levantamento de dados, registrados em documentos fornecidos pela secretaria de educação do município (de base documental) das ações desenvolvidas pelos órgãos municipais e pela sociedade em geral relacionadas à preservação do meio ambiente e à conscientização do papel de cada agente, voltadas para a EA.

Santa Helena é um município localizado no Oeste paranaense. Com uma área de 754.701 km² (IBGE, 2020) e uma população estimada em 27.036 habitantes (IBGE, 2021). A economia do município se baseia principalmente na agricultura, indústria e turismo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o PIB da cidade é de cerca de R\$ 1,5 bilhão de reais, sendo que 34,6% do valor adicionado advém dos serviços, na sequência aparecem as participações da agropecuária (32,2%), da indústria (20,2%) e da administração pública (13,1%). (IBGE, 2021).

Este município situa-se às margens do Lago de Itaipu, lago artificial localizado na fronteira Brasil-Paraguai, formado em 1982, no Rio Paraná, com o fechamento das comportas do canal de desvio da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Compreende uma área de 1.350 km², sendo 770 km² no lado brasileiro e 580 km² do lado paraguaio. Integra, ainda, 66 pequenas ilhas, das quais 44 estão no lado brasileiro e 22 na margem paraguaia. A Figura 1 mostra a extensão do lago.

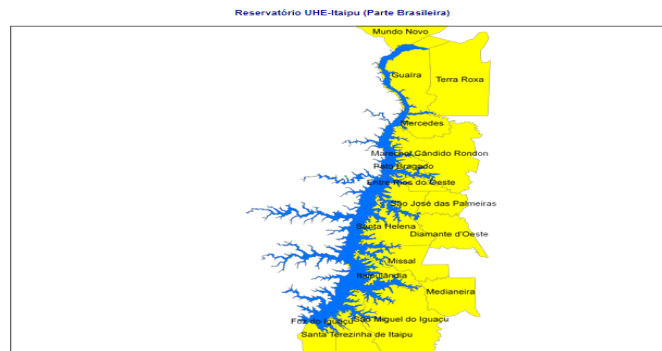
Figura 1. Extensão do Lago de Itaipu



Fonte: Google Maps, 2024.

A margens do lago de Itaipu, situam-se 15 municípios brasileiros pertencentes ao Estado do Paraná, sendo: Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Missal, Pato Bragado, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa. A figura 2 ilustra os municípios que ficam aos arredores do Lago.

Figura 2. Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu



Fonte: Imagem retirada do Google Maps, 2024.

Esses municípios lindeiros recebem 85% dos recursos destinados às prefeituras que têm direito aos *royalties* (recursos repassados pela Itaipu Binacional, para compensar os municípios, estados e União, pela área inundada para a produção de energia no Rio Paraná). Alguns são mais beneficiados do que outros, porque foram diretamente atingidos pela formação do reservatório da usina. O município de Santa Helena até 2020 foi indenizado com um montante acumulado de 1.270.076.408,00 isso até o mês de maio (em milhões – R\$). Os recursos provenientes de royalties representam uma parcela significativa das receitas totais do município que possui mais de 50% de suas receitas de compensação por utilização de recursos hídricos. Segundo Oliveira (2008), esse recurso passa a ser fundamental na economia dos municípios de tal maneira que a extinção dos repasses traria consequências à solidez econômica no âmbito público e privado.

A partir da formação do Lago de Itaipu, as águas tomaram aproximadamente um terço do território e, em 1982 iniciou-se a ação turística do Município, especialmente pela sua praia bem estruturada e frequentada por milhares de pessoas. Paralelamente, ampliou-se significativamente o setor industrial. O Município também dispõe do Refúgio Biológico, uma unidade de conservação ambiental com exemplares representativos da flora regional. A reserva foi oficialmente criada pela Itaipu Binacional no ano de 1984 com o objetivo principal de resgatar e proteger a fauna regional, desabrigada por ocasião da formação do reservatório do Lago de Itaipu, além da realização de estudos e pesquisas dos componentes naturais do entorno.

Devido ao município de Santa Helena situar-se às margens do lago de Itaipu e possuir grandes áreas agrícolas é constante a preocupação por questões ambientais. Assim o órgão público municipal desenvolve várias ações em parceria com a Itaipu Binacional em prol da conscientização da população e dos educandos da rede municipal e estadual de ensino. Nesse sentido, faz-se necessário levantar os desafios relacionados à questão ambiental no Município de Santa Helena. Justifica-se, então, a necessidade de uma educação ambiental permanente e não somente pontual, além disso “a diversidade cultural e ecológica dos países subdesenvolvidos, (...) abrem perspectivas mais complexas de análises das relações sociedade natureza, (...) entre os processos ecológicos, tecnológicos e culturais para que assim seja possível ter uma atuação integrada e sustentável” (Leff, 2001, p.63). Desta forma, ao analisarmos a questão ambiental no citado município, busca-se traçar uma estratégia epistemológica para a construção de uma racionalidade ambiental. Este conceito surge como uma resposta alternativa à atual crise civilizatória, que se manifesta em grande parte pela manipulação ambiental causada pelo modelo de produção capitalista. Diante disso, será feito um levantamento dos dados

disponibilizados pela Secretaria de Educação, relacionados às ações que o município, juntamente com a comunidade e órgãos públicos e privados desenvolvem na localidade.

Pretende-se a partir disso, responder ao seguinte questionamento: As práticas de Educação Ambiental desenvolvidas no município de Santa Helena/Paraná são consideradas críticas? Busca-se dessa forma, fazer uma análise detalhada das ações ambientais realizadas nos últimos 7 (sete) anos, quais sejam de 2017 a 2023, e a partir disso, mostrar os resultados alcançados e os desafios enfrentados e quais precisam ser superados.

Nesse contexto, a Educação Ambiental (EA) tem se mostrado uma ferramenta essencial no processo educacional. No município de Santa Helena, a Secretaria Municipal de Educação (SMEC) vem implementando diversas iniciativas no campo da Educação Ambiental, buscando engajar a comunidade escolar em práticas que fomentem a sustentabilidade.

A escolha do tema “Educação Ambiental a partir de práticas promovidas pela Secretaria de Educação (SMEC) no município de Santa Helena (SH) - PR entre os anos de 2017 a 2023” é motivada pela necessidade de compreender como as políticas e ações educativas locais são orientadas para a formação ambiental dos alunos. A relevância desta pesquisa bibliográfica/documental está ligada ao papel central de que a educação contribui no desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as questões ambientais e na promoção de atitudes sustentáveis. O estudo visa, em particular, investigar como as iniciativas da SMEC não apenas informam, mas também transformam a relação dos estudantes com o meio ambiente, capacitando-os para enfrentar os desafios ambientais do presente para deixar um futuro melhor para as próximas gerações. Ao longo do artigo, pretendemos responder às seguintes questões: Qual a importância da Educação Ambiental? Quais são as práticas de Educação Ambiental promovidas pela SMEC no município de Santa Helena?

Fundamentação teórica

De acordo com os estudos desenvolvidos a partir de Leff podemos perceber que a relação homem – natureza e sua transformação se deu, a partir do momento, que o homem com suas percepções e técnicas começou a utilizar-se do meio ambiente como uma forma de gerar renda que satisfaria as suas necessidades, com isso a relação entre o conhecimento teórico e os saberes práticos acelerou-se com o advento do capitalismo e iniciaram-se processos no qual a natureza começou a ser explorada de forma desordeira e catastrófica. Para Leff (2001, p.22):

A ciência moderna não se constitui como consequência direta da transformação da natureza em objetos de trabalho da demanda crescente de conhecimentos tecnológicos. Esta emergiu como resultado das transformações ideológicas vinculadas à dissolução do sistema feudal e ao surgimento do capitalismo que estabeleceram um novo campo epistemológico para a produção de conhecimentos.

Com isso a necessidade de rever alguns paradigmas e repensar a questão do ambiente e seus recursos naturais, pois estudiosos como Fritjof Capra em seu livro “A teia da vida - uma nova compreensão científica dos sistemas vivos” comenta sobre a questão da crise ambiental que está interligada a ações e problemáticas globais que acabam por esbarrar no meio ambiente e assim danificando-o. Isso nos leva a perceber que o meio ambiente não pode ser visto como algo isolado e sim em concomitância, demonstrando que há urgência em buscar soluções sustentáveis, criando comunidades que se preocupam com os recursos naturais, utilizando-os de forma sustentável que não interferirá nas gerações futuras. Para Capra (2006, p.16) “Uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas”. Nesse sentido, foram desenvolvidas várias ações em prol do Meio Ambiente como a Rio - 92, o Fórum Internacional das Organizações não-governamentais, que pactuaram “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

e Responsabilidade Global” (Tozoni-Reis, 2004, p. 6). “Esse tratado reconhece a educação como direito dos cidadãos e firma a posição na educação transformadora, convocando as populações a assumirem suas responsabilidades, individual e coletivamente, e a cuidar do ambiente local, nacional e planetário” (Tozoni-Reis, 2004, p. 6).

O documento afirma,

Ainda que a educação ambiental “não é neutra, mas ideológica”, coloca-a numa perspectiva holística, e afirma também que a interdisciplinaridade é de fundamental importância para que a educação possa assumir seu papel na construção de sociedades sustentáveis pela promoção de pensamentos crítico e inovador dos sujeitos” (Tozoni-Reis, 2004, p.7).

Com isso, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que contempla Lei Federal Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, o Parecer nº 14, de 6 de junho de 2012, a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, orienta que a Educação Ambiental deve ser abordada em todos os níveis de ensino de maneira inter, trans e multidisciplinar.

Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental (Brasil, 2012, p.01).

A concepção ambiental é interpretada de maneiras distintas por diversos autores, dada a variedade de comportamentos humanos. Na maioria dos casos, são justamente as atividades humanas que figuram como principais responsáveis pelos problemas ambientais que comprometem a nossa qualidade de vida. Por isso, vários estudos de caráter multidisciplinar foram incorporados ao ambiente escolar, com o objetivo de promover atividades educativas que articulem ações de sustentabilidade.

Segundo Layrargues e Lima, a educação ambiental passou por um processo de diversificação e, ao considerar as questões políticas e pedagógicas, pode ser integrada em diferentes macrotenências. Essa divisão facilita a compreensão para os educadores ambientais, sendo estruturada em três principais macrotenências: conservadora, pragmática e a crítica.

A macrotenência conservadora entende a educação ambiental como uma prática externa para o conservacionismo, onde o meio ambiente é percebido exclusivamente como natureza. Essa abordagem não se preocupa em investigar as causas profundas dos problemas ambientais, mas oferece soluções paliativas sem abordar os fatores que são importantes para a manipulação ambiental. Segundo Layrargues e Lima, esta abordagem promove melhorias pontuais, mas não busca soluções efetivas que colocam o meio ambiente em risco.

[...] uma prática educativa que tinha como horizonte o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do “conhecer para amar, amar para preservar”, orientada pela conscientização “ecológica” e tendo por base a ciência ecológica (Layrargues; Lima, 2014, p. 27).

A segunda macrotenência, conhecida como pragmática, caracteriza-se pela visão do ser humano que enxerga o ambiente como um recurso. Nesse enfoque, elementos naturais como plantas, animais e água são considerados insumos essenciais para a sobrevivência humana. Layrargues e Lima explicam que essa abordagem prioriza o uso racional e eficiente desses

recursos, focando em práticas que exigem sua disponibilidade, porém sem necessariamente questionar os impactos ambientais a longo prazo ou as relações de poder envolvidas na exploração dos recursos naturais. De acordo com Layrargues e Lima (2014, p. 30) “as correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável são expressões do ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado”.

A terceira macrotendência, referida como crítica, abrange o ambiente de forma socioambiental, ampliando a interdependência entre natureza e sociedade, onde ambos se influenciam mutuamente em seus processos de crescimento e desenvolvimento. Essa abordagem busca a transformação social, promovendo uma reflexão profunda sobre a evolução das relações entre o ser humano e o meio ambiente. A macrotendência crítica foca em discutir as desigualdades políticas e sociais, contextualizando historicamente os problemas ambientais e tentando compreender suas causas. Segundo Layrargues e Lima, essa vertente propõe uma análise crítica das estruturas de poder e das dinâmicas sociais que perpetuam a manipulação ambiental, alterando uma mudança estrutural que promove a justiça ambiental e social.

Metodologia

A metodologia da pesquisa é de natureza qualitativa, de acordo com Minayo (2009), se ocupa com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, isto é, trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. A pesquisa qualitativa tem como objetivo explorar e interpretar a complexidade de características, fatos e processos singulares, envolvendo uma compreensão aprofundada.

Dentre as perspectivas qualitativas optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental. Gil (1994, p.39), afirma que:

A pesquisa bibliográfica tem sido utilizada com grande frequência em estudos exploratórios ou descritivos, casos em que o objeto de estudo proposto é pouco estudado [...]. A sua indicação para esses estudos relaciona-se ao fato de a aproximação com o objeto se dar a partir de fontes bibliográficas. Portanto, a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.

Para Lakatos e Marconi (2012), se trata de levantamento de material bibliográfico já publicado, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. O objetivo desse tipo de pesquisa é proporcionar ao pesquisador um contato direto com a produção acadêmica existente sobre um tema específico.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica com base documental aqui proposta teve como referência os materiais encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação das ações desenvolvidas entre os anos 2017 a 2023, a qual busca fazer um levantamento de dados das ações praticadas pelas secretarias do município de Santa Helena-PR, dos órgãos públicos e privados e da sociedade em geral, voltados principalmente na educação Básica (Educação infantil e alunos do Ensino Médio) relacionados à Educação Ambiental. Para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico, com a intenção de compreender como a EA é atualmente trabalhada no município de Santa Helena, e assim delimitou-se a busca por materiais que mostrassem as atividades realizadas no município no período de 2017 a 2023. A tabela 1, apresenta as ações que serão analisadas por meio de revisão bibliográfica, com base em Leff, Layrargues e Lima e demais autores que discutem os saberes ambientais e a EA numa perspectiva crítica.

Tabela 1. Ações de EA desenvolvidas entre os anos de 2017 a 2023 no município de Santa Helena - PR

Anos	Tema
2017 6	Dia da Agricultura, dia mundial da água e produção de mudas frutíferas;
	Projeto Plantando a Semente do Amanhã;
	Pedalada da Biodiversidade;
	Projeto sobre “A ecopedagogia para a Sustentabilidade - mudança de hábitos no ambiente escolar e na comunidade”;
	Atividades em comemoração ao dia mundial do Meio Ambiente;
	Produção de sabão.
2018 4	Atividades em alusão ao dia mundial da água, ao dia da árvore, ao dia mundial do meio ambiente.
	Entrega da revista de Educação ambiental intitulada “Resíduo ou Lixo: o que você faz com o seu”;
	“Educação ambiental para as microbacias do convênio 2019/2021”;
	Parada ecológica;
2019 16	Distribuição de Mudas de Temperos Naturais;
	“Educação ambiental para as microbacias do convênio 2019/2021”;
	XVI Fórum de Educação Ambiental e Cidadania;
	Dia da Água;
	Teatro “A Turminha da Cidade Limpa”.
	VI Caminhada dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);
	Concurso de Fotografia “Beleza Natural”;
	Parada da Água;
	Arborização Urbana;
	Recolha de Lixo Eletrônico;
2020 3	Plano Municipal de Educação Ambiental;
	Projeto de Paisagismo “Unidos por uma Comunidade Mais Bela”;
	Campanha de coleta de óleo de cozinha;
2021 7	Plantando a Semente do Amanhã;
	Plano Municipal de Educação Ambiental: Horta Mandala.
	Todos Contra a Dengue;
	1º Concurso Regional de Memes Ambientais;
	Construção de 09 Cisternas em Parceria com Itaipu Binacional.
	Dia da Árvore;
	Entrega de informativo sobre coleta seletiva;
2022 7	Instalação de hortas;
	Recuperação de nascentes;
	Evento das 24 milhões de árvores da Itaipu Binacional chega a Santa Helena;
	Campanha Educativa Integrada. Tema: Biodiversidade e Restauração dos Ecossistema;
	Biodiversidade e Restauração Florestal.

2022	5	1º Concurso Regional de Pinturas em bueiros, no qual teria a seguinte temática: Segurança hídrica, pela frase “Um rio passa aqui”; Projeto “Cultivo de Plantas Medicinais”; Visita dos alunos dos 5º anos da rede municipal na Unidade Móvel da expedição do conhecimento, projeto desenvolvido pela Itaipu Binacional em convênio com o Parque Tecnológico de Itaipu (PTI); Revitalização da nascente da propriedade do Senhor Renato Schreiner; Visita guiada na Usina de reciclagem do Município de Santa Helena;
2023	4	Campanha integrada, através de guia pedagógico elaborado pela Itaipu Binacional; Cultivo de Plantas Medicinais; Recuperação da nascente da propriedade do Senhor Jacir Klein; Práticas em comemoração ao dia da árvore.

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em relatórios fornecidos pela SMEC-SH, 2024.

Essas ações foram copiladas de documentos fornecidos pela Coordenação de EA do município de Santa Helena, no mês de setembro de 2024. Estavam dispersas em pastas com projetos, relatórios, ações desenvolvidas, que foram reunidas na tabela 1 e serão analisadas sob uma perspectiva crítica.

Com base na tabela 1, realizou-se uma análise de revisão narrativa, a fim de orientar a investigação dos estudos relevantes encontrados na literatura científica. Essa análise será fundamentada em artigos científicos, capítulos de livros e outras produções relacionadas, disponíveis nos repositórios digitais do *Google Acadêmico* e *Scielo*, que foram utilizados como materiais principais.

De acordo com Vieira e Miquelin (2023, p. 28),

As movimentações pedagógicas, partindo de suas proposições ambientais, são fomentos fundamentais para a consolidação de práticas sustentáveis, possibilitando diálogos essenciais entre o manejo e o cuidado com meio ambiente e as estruturas sociais políticas na atualidade, fortalecendo a observação crítica da realidade societária.

Considerando esse contexto, o presente trabalho discute como as estruturas e metodologias educacionais podem influenciar a formação de hábitos sustentáveis. Reconhece-se que os processos pedagógicos desempenham um papel direto na construção de pensamentos críticos, diálogos e posicionamentos frente às dinâmicas sociais.

Resultados

Os resultados do presente estudo foram constituídos a partir dos relatórios das ações de educação ambiental desenvolvidas no município de Santa Helena-PR no período de 2017 a 2023. Esses documentos contêm informações sobre cada atividade desenvolvida, com os objetivos propostos, público-alvo e o cronograma de execução realizadas em cada atividade. A utilização desse acervo documental foi crucial para analisar o desenvolvimento das práticas de Educação Ambiental no município, permitindo a identificação de padrões, avanços e desafios enfrentados ao longo dos sete anos.

Ao analisarmos qualitativamente os documentos, constatamos que foram desenvolvidas

45 ações pontuais, que não são contínuas e algumas delas foram desenvolvidas apenas uma ou poucas vezes. Isso nos leva a refletir sobre a importância de uma política ambiental que organize as ações de educação ambiental crítica, de forma constante e interdisciplinar.

A interdisciplinaridade é observada pelas ações que envolveram a integração de várias secretarias do município, além da população em geral, dos órgãos da sociedade civil, alunos da educação básica de escolas públicas e privadas. Assim, é possível notar que “os fenômenos (...) surgem da integração das partes constitutivas de um todo visível” (Leff, 2001, p. 36).

Segundo Leff (2001, p.36), “a interdisciplinaridade surge como uma necessidade prática de articulação dos conhecimentos, mas constitui um dos efeitos ideológicos mais importantes sobre o atual desenvolvimento das ciências, justamente por apresentar-se como fundamento de uma articulação teórica”.

Assim, agrupamos as 45 ações em 13 temas, analisando seus objetivos e classificando de acordo com os pressupostos das macrotenências ambientais de Layrargues e Lima (2014), conforme tabela 2:

Tabela 2. Classificação das ações de acordo com as mcrotendências ambientais

Temas das Ações	Quantidades de ações totais	Objetivos das ações	Macrotenência classificada
1 - Reflorestamento, produção e plantio de mudas	7	Sensibilizar quanto a importância do plantio de árvores em espaços destinados as áreas verdes, a importância da arborização e seus benefícios. Indicar espécies adequadas para plantio em passeios públicos e a importância de preservar e valorizar. Demonstrar a qualidade de vida das pessoas que vivem nas áreas urbanas com a arborização.	Conservadora
2 - Sustentabilidade e biodiversidade	6	Criar mecanismo para uso racional dos recursos, promovendo o uso consciente pela geração atual garantindo a sua utilização pelas gerações futuras.	Conservadora
3 - Resíduos sólidos, coleta seletiva e reciclagem	5	Mobilizar a população quanto à separação correta dos resíduos, sensibilizar os alunos das escolas sobre a importância de separação dos materiais recicláveis, favorecendo o trabalho realizado pelos agentes ambientais.	Pragmática
4 - Dia da água	4	Promover a conscientização de um consumo consciente, que busca propor o uso adequado dos recursos hídricos, bem como a reutilização da água, por meio de captação por cisternas.	Conservadora
5 - Dia da árvore	3	Estimular o plantio de árvores, reforçando o papel que elas desempenham no ecossistema.	Conservadora

6 - Recuperação de nascentes	3	Promover ações que busquem a recuperação, a restauração das nascentes, sensibilizar as pessoas para atuarem de maneira comprometida na preservação dos Recursos Naturais,	Conservadora
7 - Microbacias	3	Proteger as nascentes, rios e lagos e buscar meios de conservação e restauração das matas ciliares.	Conservadora
8 - Belezas naturais	3	Criar registros dos pontos turísticos, por meio de imagens e fotos, que possam destacar a importância da fauna e da flora local.	Conservadora
9 - Plano municipal de EA	2	O Plano Municipal de Educação Ambiental de Santa Helena tem como missão nortear a implantação e implementação de ações voltadas para a educação ambiental no município e relacioná-los com os objetivos, diretrizes e princípios balizados pela Política Nacional de Educação Ambiental.	Crítica
10 - Dia mundial do meio ambiente	2	Destacar o papel do meio ambiente, a importância da conservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis e deixar claro a importância que desempenha na vida da sociedade.	Conservadora
11 - Hortas e mandalas	2	Sensibilizar os envolvidos no resgate da cultura do cultivo de vegetais e plantas medicinais que serão utilizadas em seu dia e ainda, incentivar a produção de hortas em pequenos espaços, garantindo a produção de alimentos orgânicos, podendo até gerar trabalho e renda.	Conservadora
12 - Reciclagem de óleo para produção de sabão	2	Sensibilizar a população para a destinação ecologicamente correta proporcionando a coleta do óleo de cozinha usado	Pragmática
13 - Cidadania e paradas ecológicas	1	Criar movimentos que propiciem aos participantes a apreciação da biodiversidade existente, buscando adotar práticas saudáveis e cuidar do que se ama, garantindo a sustentabilidade.	Crítica

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em relatórios fornecidos pela SMEC-SH, 2024.

Na análise de dados observamos que a maioria das práticas ambientais desenvolvidas pelo município, parte de datas comemorativas relacionadas à questão ambiental como por exemplo, Dia do meio ambiente. Este dado corrobora com o estudo de Cruz (2014), ao constatar,

Em grande parte das escolas, a EA é trabalhada por meio de projetos e, geralmente, estes são desenvolvidos de forma pontual e fragmentada, 'liderados' por professores da área de Ciências e de Biologia. Além disso, a autora observou o que outros autores já indicaram: muitas das atividades em EA são desenvolvidas apenas em datas 'comemorativas', como, por exemplo, no *Dia Mundial da Água* e no *Dia* ou *Semana do Meio Ambiente*, também de forma pontual e isolada, não estabelecendo qualquer ligação com os conteúdos abordados nas disciplinas, e não tendo continuidade no decorrer do ano letivo. (Cruz, 2014, p.03).

Fochezatto (2024) esclarece que há uma distinção em relação as “datas especiais” presentes nos calendários escolares, sendo as datas comemorativas mais ligadas ao apelo comercial como Páscoa, Natal, Dia dos Pais, Dia das Mães, enquanto que as datas históricas estariam vinculadas as questões sociais como Dia internacional da Mulher, Dia da consciência Negra, Dia do meio ambiente, Dia da água, Dia da árvore, etc. Segundo a autora, apesar das datas especiais não estarem presentes nos currículos oficiais elas aparecem nos planejamentos docentes de forma generalizada. Contudo, a autora questiona qual o papel pedagógico de se trabalhar estas datas especiais com os alunos.

Corroboramos do mesmo questionamento da autora ao defendermos o papel científico da educação na formação para a emancipação humana e transformação social, ou seja, mesmo ao trabalhar datas especiais relacionadas a conteúdos de ensino, como por exemplo Dia do Meio Ambiente, Dia da água ou outros, precisamos pensar qual a contribuição desta prática pedagógica para a formação crítica e emancipatória dos alunos.

Em relação a classificação nas macrotendências ambientais, observamos que dos 13 temas abordados nas ações ambientais 9 foram classificados na macrotendência conservacionista, a qual considera o ambiente como natureza a ser preservada (Lima 2011):

(...) discurso conservacionistas que conquistaram a hegemonia do campo da Educação Ambiental no Brasil em seu período inicial, foram vitoriosos, entre outras razões, porque se tornaram funcionais para as instituições políticas e econômicas dominantes, conseguindo abordar a questão ambiental de uma perspectiva natural e técnica, que não colocava em questão a ordem estabelecida (Lima 2011, p. 149):

E os outros 02 temas foram abordados a partir de uma perspectiva pragmática, que enxerga o meio ambiente como recurso. Conforme Layrargues e Lima (2011, p.28), “a vertente pragmática, derivação ainda não tão nítida da vertente conservacionista, nutrindo-se inicialmente da problemática do lixo urbano-industrial nas cidades, como um dos temas cada vez mais utilizados nas práticas pedagógicas”.

Assim, destacamos que somente duas ações podem ser consideradas críticas. A falta de ações e atividades a partir de uma abordagem crítica que abrange a dinâmica social, política e econômica dos problemas ambientais, conforme preconizam Layrargues e Lima (2011, p.33) situadas na macrotendência crítica, que por sua vez, aglutina as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental, são incipientes na realidade do município de Santa Helena.

De acordo com o documento “Políticas de melhoria da Educação de qualidade: um balanço institucional” (Brasil, s/d, p. 10), produzido pelo MEC, a Carta Brasileira para Educação Ambiental reconhece:

[...] ser a Educação Ambiental um dos instrumentos mais importantes para viabilizar o desenvolvimento sustentável como estratégia de sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, da melhoria da qualidade de vida. Admite, ainda, que a lentidão da produção de conhecimentos, a falta de comprometimento real do poder público no cumprimento e complementação da legislação em relação às políticas específicas de Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, consolidam um modelo educacional que não responde às reais necessidades do país (Brasil, s/d, p. 10).

Conclui-se que 69,24% das ações desenvolvidas são de cunho conservacionista, 15,38% de cunho pragmático e 15,38% de cunho crítico, demonstrando a necessidade de ações contínuas e críticas para uma efetiva mudança conceitual e social.

Assim, percebemos com o estudo que ações de educação ambiental estão presentes no município de Santa Helena, e são valorizadas pela gestão, mobilizando várias secretarias e diversos profissionais. Contudo, estas precisam ser melhor planejadas para superarem o viés conservador e pragmático e alcançarem uma abordagem ambiental crítica emancipatória e realmente contribuírem com a formação dos sujeitos.

Considerações finais

O presente artigo possibilitou uma análise das ações desenvolvidas no município de Santa Helena-PR, no decorrer de 7 anos. Assim, foi possível constatar que há políticas importantes de educação ambiental, contudo cabe salientar que é preciso criar uma cultura consciente de preservação e de uma educação ambiental crítica, emancipatória, contínua e articulada, com todos os setores da sociedade, seja em casa, na escola, no trabalho, enfim, em todos os lugares. Pois os desafios dos problemas ambientais são cada vez maiores e se agravam cada dia mais.

Os dados demonstram que apesar de trabalharmos a EA há muitos anos, grande parte das ações desenvolvidas continuam conservacionistas, carecendo de um olhar crítico, voltado para a relação homem-ambiente nos diversos aspectos: sociais, ambientais, educacionais, políticos.

Faz-se necessário compreender o sentido e a necessidade de um saber ambiental próprio, como campo de saber, conforme preconiza Leff. Para tanto, estudos aprofundados relativos aos ao meio ambiente e sua relação com homem e a sociedade são necessários para ampliar conceitos de EA crítica.

Outras pesquisas, em outros municípios seriam necessárias para afirmar que no longo percurso da implantação e implementação da EA no Brasil, as ações ainda se constituem em sua maioria de cunho conservacionista, como pode ser constatado neste trabalho, cujo percentual de ações críticas se iguala a macrotendência pragmática, num percentual pequeno, visto que das 13 ações categorizadas somente duas são classificadas como críticas.

Portanto, cada ação é importante neste complexo interdisciplinar de cuidado e de preservação do meio ambiente, logo cada ação desempenha um papel fundamental e cada indivíduo é um ator fundamental nesse processo.

A partir da análise, observa-se que há um vasto espaço a ser percorrido na busca de uma racionalidade ambiental, principalmente na adoção de práticas permanentes relacionadas à questão ambiental. Com ações contínuas e estruturadas, focadas em emancipação, preservação e educação, em que o ser humano se faça presente como parte integrante que é da teia da vida.

Referências

BRASIL. SECRETARIA DE ENSINO FUNDAMENTAL. EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Políticas de melhoria da Educação de qualidade: um balanço institucional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Relat.pdf>. Acesso em 30.10.24

BRASIL. MEC. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 14, 6 de junho de 2012**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10955https://encr.pw/avHH8. Acesso em 11 out. 2024 pcp014-12&category_slug=maio2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 set. 2024.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CRUZ, L. G. C. **Políticas públicas de educação ambiental**: um estudo sobre a agenda 21 escolar. 2014. Tese (Doutorado em Educação Para a Ciência) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/NW5a60z>. Acesso em: 09 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/santa-helena/panorama>. Consultado em 28 de agosto de 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2020): **Área de unidade territorial**. Disponível em <https://11nk.dev/3EKU9>. Consultado em 12 de setembro de 2024.

FOCHEZATTO, Anadir. As datas comemorativas na escola: discórdia pedagógica. **Anais: II Seminário de Educação e Práticas Docentes: diversidade e aprendizagem**. Santa Helena. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. **As macro tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira**. Ambiente & Sociedade. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40,

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2001. 240 p.

LEFF, Enrique. **Complexidade, interdisciplinariedade e saber ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, Enrique. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, M.R; SILVA, G.H. Análise espacial do Desenvolvimento Econômico dos Municípios do Oeste do Paraná. **Revista Capital Científico**, Guarapuava (PR), v.15,n.2, 2017. Disponível em <https://revistas.unicentro.br/index.php> 15, n.2, 2017. Disponível em /capitalcientifico/article/view/4383. Acesso em 10 nov. 2020.pg. 39.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental**: natureza, razão e história. Campinas, SP: Autores associados, 2004, (Coleção Educação Contemporânea).

VIEIRA, Andressa Aparecida Malinoski Philiposki; MIQUELIN, Awdry Feisser. Práticas pedagógicas sustentáveis na perspectiva da Educação Ambiental Crítica. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 18, n. 1, p. 1-19, 2023. jan./mar. 2014. 15, n.2, 2017. Acesso em 09 de out. 2024.

Figura 1: <https://l1nk.dev/5FijF> - acessado em 17 de outubro de 2024.

Figura 2: <https://l1nq.com/McIBG> - acessado em 17 de outubro de 2024.

Recebido em 9 de setembro de 2025.

Aceito em 18 de setembro de 2025.